



## **Demonstrações Financeiras**

**Preparadas de Acordo com as  
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis  
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco  
Central do Brasil**

**Banco RCI Brasil S.A.**

	<b>Página</b>
	2
Relatório do Auditor Independente	5
Demonstrações Financeiras :	
Balanços Patrimoniais	11
Demonstrações dos Resultados	13
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	15
Demonstrações do Valor Adicionado	16
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	17
Anexo: Demonstrações dos Resultados Abrangentes	38
Relação dos Administradores	39
<b>Declarações:</b>	
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

---

**Senhores Acionistas:**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

**Mercado de Atuação**

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

**Eventos Societários**

Na Reunião da Diretoria realizada em 27 de dezembro de 2019, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$74.000 (R\$174,26 por ação ordinária e R\$191,68 por ação preferencial, brutos em reais por ação; R\$148,12 por ação ordinária e R\$162,93 por ação preferencial, líquidos em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 06 de janeiro de 2020.

Na Reunião da Diretoria realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado o destaque de dividendos no valor de R\$31.534 (R\$74,26 para ações ordinárias e R\$81,69 para ações preferenciais, em reais por ação) com base na Reserva de Reforço de Capital de Giro. O pagamento foi efetuado em 21 de maio de 2019.

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 21 de dezembro de 2018, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$73.264 (R\$172,53 por ação ordinária e R\$189,78 por ação preferencial, brutos em reais por ação; R\$146,65 por ação ordinária e R\$161,31 por ação preferencial, líquidos em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 12 de fevereiro de 2019.

**Patrimônio Líquido e Resultados**

O patrimônio líquido atingiu R\$1.315 milhões em 31 de dezembro de 2019, apresentando evolução de 10,6% em relação a R\$1.189 milhões em 31 de dezembro de 2018. O lucro líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$258 milhões (31/12/2018 - R\$221 milhões).

**Ativos e Passivos**

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos totais atingiram R\$13.494 milhões (31/12/2018 – R\$11.432 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$11.269 milhões (31/12/2018 – R\$9.787 milhões), os quais, reduzidos do valor residual garantido das operações de arrendamento mercantil registrado no passivo, no valor de R\$950 milhões (31/12/2018 – R\$1.140 milhões), representam uma carteira líquida de R\$10.319 milhões (31/12/2018 – R\$8.647 milhões).

Em 31 de dezembro de 2019, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$5.026 milhões (31/12/2018 – R\$2.880 milhões), recursos de aceites cambiais em R\$1.592 milhões (31/12/2018 – R\$1.319 milhões) e letras financeiras em R\$3.496 milhões (31/12/2018 – R\$3.522 milhões).

**Conjuntura Econômica**

O Banco RCI avalia que, no quarto trimestre, o cenário internacional foi marcado por acontecimentos que inicialmente abrandaram receios quanto à possibilidade do surgimento de conflitos importantes tanto no fronte

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

---

geopolítico – não escalada de tensão no Oriente Médio na esteira do ataque feito às instalações sauditas de refino de petróleo – quanto no campo econômico – abrandamento da disputa comercial entre China e EUA, e obtenção do aval para a continuidade das negociações de um acordo para a saída do Reino Unido da União Europeia. Diante disto, observou-se melhora nas condições financeiras internacionais, com preços dos ativos financeiros apresentando elevação no período frente aos níveis observados no trimestre anterior. Contudo, na esteira do bombardeio norte-americano em solo iraquiano no início de 2020, que resultou na morte de um general iraniano e na consequente retaliação por parte daquele país a bases militares do EUA no Iraque, o Banco ressalta que as questões geopolíticas poderão, eventualmente, pressionar a dinâmica dos preços dos ativos ao longo de 2020.

No país, em conjunto com a continuidade do avanço das discussões sobre reformas estruturais importantes – a reforma do sistema previdenciário brasileiro foi promulgada, e avançou o debate sobre novas medidas que aprofundem o controle de gastos públicos e de mudanças tributárias – o Banco observou melhora nos indicadores de atividade econômica, aparentemente, na esteira da medida de estímulo à economia calcada na liberação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Além disso, a revisão dos dados históricos do PIB mostrou resultados mais robustos do que anteriormente previsto e revelou aceleração do ritmo no terceiro trimestre. Previamente, a taxa de crescimento estimada para a economia brasileira era de contração de 0,1% no primeiro trimestre e expansão de 0,4% no segundo trimestre – ambos frente ao trimestre imediatamente anterior e já descontadas as influências sazonais de cada período. Estes resultados foram revistos para estabilidade no primeiro trimestre e expansão de 0,5% no segundo trimestre. Ademais, o resultado do terceiro trimestre apontou expansão de 0,6% nos mesmos termos anteriores, o que deixou os agentes econômicos mais confiantes com a possibilidade de a economia brasileira ter registrado crescimento superior a 1,0% no ano de 2019 como um todo. O Banco RCI compartilha desta visão e estima que o PIB brasileiro tenha crescido 1,2% em 2019 frente a 2018, e projeta que a economia deverá acelerar gradualmente seu ritmo de crescimento e registrar expansão de 2,3% em 2020.

Ao final, na visão do Banco RCI, a combinação das situações internacional e doméstica acabou sendo favorável aos preços dos ativos no quarto trimestre, inclusive da taxa de câmbio que encerrou o período em patamar inferior ao observado no final do terceiro trimestre – R\$4,03/US\$ versus R\$4,16/US\$. Ademais, o Banco testemunhou o mercado de ações apresentar desempenho positivo com o índice Bovespa tendo avançado para o nível de 115.645,3 pontos frente aos 104.745,3 pontos na mesma comparação anterior – reforçando a percepção de que os desdobramentos do ambiente doméstico darão suporte a uma melhora no desempenho econômico à frente.

Mais ainda, o Banco RCI entende que a redução observada no patamar do risco de crédito brasileiro indicou maior confiança quanto à materialização de novas reformas estruturais que possam garantir a sustentabilidade do endividamento público brasileiro. Inclusive, diante deste quadro, a agência de classificação de risco de crédito Standard & Poor's alterou sua perspectiva quanto à atual posição ocupada pelo Brasil em seu ranking, com possibilidade de melhora desta colocação. Assim, enquanto o Banco observou o credit default swap para o prazo de 5 anos encerrar o terceiro trimestre em 136,5 pontos, esta mesma medida de risco de crédito encerrou dezembro no patamar de 99,5 pontos base – o mais baixo encerramento de trimestre desde junho de 2007. Isto é, ainda que o Banco reconheça a influência dos eventos internacionais na dinâmica cambial, o Banco RCI entende que os acontecimentos domésticos poderão conter pressões sobre a taxa de câmbio e leva-la a encerrar o ano de 2020 no patamar de R\$4,00/US\$.

Por fim, o Banco também considera que a continuidade do processo de redução da taxa básica de juros promovida pelo Banco Central do Brasil no quarto trimestre é outra evidência que dá suporte a esta visão de que o país passa atualmente por mudanças estruturais que possibilitarão voltar a crescer mais aceleradamente e sem pressões inflacionárias. Aliás, como as expectativas de inflação dos agentes econômicos para os próximos anos mantiveram-se ancoradas às metas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional, a autoridade monetária nacional não apenas reduziu a meta da taxa Selic de 5,50% a.a. para 4,50% a.a., como apontou haver ainda espaço para eventuais novas reduções – caso este ambiente inflacionário bastante propício se concretize. Neste sentido, dado

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

---

que a projeção do Banco RCI para a inflação em 2020 – 3,4% – indica resultado bem abaixo do objetivo estabelecido para este mesmo ano – 4,00% – o Banco projeta que a taxa Selic possa atingir o nível mínimo histórico de 4,00% a.a. no primeiro trimestre de 2020 e permanecer neste patamar ao longo do ano.

**Auditoria Independente**

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2019, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

Ademais, o Banco RCI Brasil confirma que a KPMG Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco RCI Brasil. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

**Outras Informações**

O Conselho de Administração do Banco RCI se reuniu em 5 de agosto de 2019 e deliberou pela aprovação da eleição do Sr. Fabien Jean Michel Tournier para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia com sua posse condicionada à aprovação pelo Banco Central do Brasil, ocasião em que a Sra. Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli é exonerada deste cargo.

A Assembleia Geral Extraordinária do Banco RCI se reuniu em 12 de agosto de 2019 e deliberou pela aprovação da eleição do Sr. Francisco Javier Muñoz Bermejo para o cargo de Conselheiro Efetivo, Sr. Enrico Rossini e Sr. Fabien Jean Michel Tournier para os cargos de Conselheiro Suplente e a condução do Sr. Gustavo de Souza Santos para o cargo de Conselheiro Suplente, todos com suas posses condicionadas à aprovação pelo Banco Central do Brasil, ocasião em que a Sra. Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli, Frederic Schneider e Ricardo Olivare de Magalhães são exonerados destes cargos.

**Agradecimentos**

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2020.

**O Conselho de Administração**

**A Diretoria**



KPMG Auditores Independentes  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais**

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas do  
Banco RCI Brasil S.A.  
Curitiba - PR

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para Opinião com ressalva" abaixo, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

### **Base para Opinião com ressalva**

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência e insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 3.j.4. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado líquido e do patrimônio líquido, correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

#### **– Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Conforme mencionado em nota explicativa nº 3.h, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco classifica suas operações (que compreendem as operações de crédito e de arrendamento mercantil), em nove níveis de risco. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de diversas premissas e fatores (internos e externos), incluindo os níveis de inadimplência e garantia das carteiras, cenário econômico atual e prospectivo, setor de atividade econômica e demais fatores e premissas definidas na regulamentação vigente, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamento do Banco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Banco Central do Brasil - BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito. Devido à relevância das operações de crédito, às incertezas e julgamentos relacionados as premissas utilizadas e os eventuais impactos que poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

### **Como nossa auditoria endereçou esse assunto**

Avaliamos e atualizamos nosso entendimento sobre os controles internos, bem como realizamos testes nos controles existentes no Banco e relacionados aos processos de apuração e reconhecimento da provisão para liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes processos: aprovação da política de crédito, classificação e atualização dos níveis de risco (“ratings”) das operações de crédito e de arrendamento mercantil e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, processamento e contabilização das provisões, reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica. Com base em amostragem, avaliamos se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente, relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas na nota explicativa nº 8, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o nível de provisionamento e as divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

– **Provisões para passivos contingentes fiscais**

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.I, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes na mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações das Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria endereçou esse assunto**

Avaliamos a determinação do risco processual das causas fiscais para assuntos e valores relevantes do Banco. Adicionalmente, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, considerando a avaliação dos assessores externos. Analisamos também as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores, quando aplicável, as respostas de advogados circularizados, conciliação das bases analíticas dos processos fiscais com a posição contábil e confrontamos as atribuições das classificações dos riscos de perda (remoto, possível e provável) com a política do Banco. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas na nota explicativa nº 17, consideram as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o nível de provisionamento e as divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

– **Realização de ativos fiscais diferidos**

As demonstrações financeiras incluem ativos relativos a créditos tributários (nota explicativa nº 3.m), relativos as diferenças temporárias de provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para contingências e ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização desses ativos, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação e se o estudo atende as exigências do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria endereçou esse assunto**

Avaliamos e atualizamos nosso entendimento sobre os controles internos, bem como realizamos testes nos controles existentes no Banco, referentes ao processo de aprovação do Estudo Técnico de Realização dos Créditos Tributários, o qual é base para a contabilização dos valores relativos a ativos fiscais diferidos. Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco, o recálculo das projeções baseadas em tais premissas e se o registro dos ativos fiscais diferidos estava de acordo com as exigências do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas na nota explicativa nº 9, consideram as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento do valor dos ativos fiscais diferidos e divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável

é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos



que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC PR-007945/F-7

Eduardo Tomazelli Remedi  
Contador CRC 1SP259915/O-0

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo Circulante</b>		<b>6.044.182</b>	<b>5.025.053</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>9.383</b>	<b>36.872</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	4	<b>397.055</b>	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		397.055	-
<b>Relações Interfinanceiras</b>	6	<b>489.400</b>	<b>422.830</b>
Depósitos no Banco Central		489.400	422.830
<b>Operações de Crédito</b>		<b>4.900.953</b>	<b>4.380.077</b>
Setor Privado	8.c	4.983.135	4.169.655
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	7	279.282
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(82.189)	(68.860)
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>(1.661)</b>	<b>(2.929)</b>
Setor Privado	8.a	96.224	109.899
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(94.639)	(108.031)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(3.246)	(4.797)
<b>Outros Créditos</b>		<b>199.140</b>	<b>151.584</b>
Créditos Tributários	9.a	115.420	84.459
Rendas a Receber		4.694	3.073
Diversos	10	79.026	64.052
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>49.912</b>	<b>36.619</b>
Outros Valores e Bens		1.120	6.304
(Provisões para Desvalorizações)		(12)	(12)
Despesas Antecipadas		48.804	30.327
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>5.819.438</b>	<b>4.540.191</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		<b>800.545</b>	<b>712.262</b>
Carteira Própria	5.a	800.508	712.262
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a	37	-
<b>Operações de Crédito</b>		<b>4.557.817</b>	<b>3.394.257</b>
Setor Privado	8.c	4.646.063	3.367.543
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	11	93.797
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(88.257)	(67.083)
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>1.622</b>	<b>3.197</b>
Setor Privado	8.a	170.856	184.193
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(161.247)	(174.031)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(7.987)	(6.965)
<b>Outros Créditos</b>		<b>459.452</b>	<b>419.762</b>
Créditos Tributários	9.a	239.557	220.366
Diversos	10	219.895	199.396
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>2</b>	<b>10.713</b>
Despesas Antecipadas		2	10.713
<b>Permanente</b>		<b>1.630.238</b>	<b>1.866.348</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	11	<b>2.286</b>	<b>1.687</b>
Outras Imobilizações de Uso		4.585	3.562
(Depreciações Acumuladas)		(2.299)	(1.875)
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	12	<b>1.627.372</b>	<b>1.863.625</b>
Bens Arrendados		1.576.673	1.811.384
Superveniência de Depreciação		677.598	747.626
(Depreciações Acumuladas)		(626.899)	(695.385)
<b>Intangível</b>		<b>580</b>	<b>1.036</b>
Outros Ativos Intangíveis	13	5.828	5.648
(Amortizações Acumuladas)	13	(5.248)	(4.612)
<b>Total do Ativo</b>		<b>13.493.858</b>	<b>11.431.592</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>4.674.082</b>	<b>4.115.859</b>
<b>Depósitos</b>	<b>14.a</b>	<b>2.244.309</b>	<b>1.021.415</b>
Depósitos à Vista		7.454	6.488
Depósitos Interfinanceiros		2.234.583	1.014.927
Depósitos a Prazo		2.272	-
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>14.b</b>	<b>1.746.174</b>	<b>1.958.924</b>
Recursos de Aceites Cambiais		624.286	563.849
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.121.888	1.395.075
<b>Outras Obrigações</b>		<b>683.599</b>	<b>1.135.520</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		4.511	3.449
Sociais e Estatutárias		64.961	64.085
Fiscais e Previdenciárias	15	38.058	32.974
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a	80.748	150.569
Diversas	16	495.321	884.443
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>7.483.393</b>	<b>6.126.776</b>
<b>Depósitos</b>	<b>14.a</b>	<b>2.812.478</b>	<b>1.865.217</b>
Depósitos Interfinanceiros		2.790.938	1.865.217
Depósitos a Prazo		21.540	-
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>14.b</b>	<b>3.341.205</b>	<b>2.881.861</b>
Recursos de Aceites Cambiais		967.467	755.047
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		2.373.738	2.126.814
<b>Outras Obrigações</b>		<b>1.351.250</b>	<b>1.379.698</b>
Fiscais e Previdenciárias	15	171.231	187.198
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a	166.707	66.831
Diversas	16	1.013.312	1.125.669
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>18</b>	<b>1.314.843</b>	<b>1.188.957</b>
Capital Social:		985.225	985.225
De Domiciliados no País		393.015	393.015
De Domiciliados no Exterior		592.210	592.210
Reservas de Lucros		386.757	234.269
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(57.139)	(30.537)
<b>Total do Passivo</b>		<b>13.493.858</b>	<b>11.431.592</b>

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/07 a 31/12/2019	1/01 a 31/12/2019	1/01 a 31/12/2018
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>872.272</b>	<b>1.677.418</b>	<b>1.615.877</b>
Operações de Crédito		606.354	1.174.765	1.085.614
Operações de Arrendamento Mercantil		273.927	520.309	541.053
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		49.307	91.034	106.804
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	(70.083)	(134.660)	(140.370)
Resultado das Aplicações Compulsórias		12.767	25.970	22.776
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(611.824)</b>	<b>(1.178.600)</b>	<b>(1.104.027)</b>
Operações de Captação no Mercado		(280.098)	(541.881)	(464.185)
Operações de Arrendamento Mercantil		(238.419)	(456.854)	(469.986)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(93.307)	(179.865)	(169.856)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>260.448</b>	<b>498.818</b>	<b>511.850</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(84.851)</b>	<b>(191.902)</b>	<b>(196.359)</b>
Receitas de Prestação de Serviços		5.720	11.298	9.028
Rendas de Tarifas Bancárias	20	51.680	99.475	82.509
Despesas de Pessoal		(21.742)	(42.119)	(35.236)
Outras Despesas Administrativas	21	(79.961)	(175.078)	(162.282)
Despesas Tributárias		(16.949)	(32.917)	(31.800)
Outras Receitas Operacionais	22	32.140	60.645	47.709
Outras Despesas Operacionais	23	(55.739)	(113.206)	(106.287)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>175.597</b>	<b>306.916</b>	<b>315.491</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>24</b>	<b>9.732</b>	<b>33.507</b>	<b>32.184</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>185.329</b>	<b>340.423</b>	<b>347.675</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>25</b>	<b>(19.134)</b>	<b>(79.214)</b>	<b>(123.952)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(34.562)	(65.837)	(36.716)
Provisão para Contribuição Social		(22.962)	(47.492)	(50.512)
Ativo Fiscal Diferido		38.390	34.115	(36.724)
<b>Participação dos Empregados no Lucro</b>		<b>(1.628)</b>	<b>(3.187)</b>	<b>(3.095)</b>
<b>Lucro Líquido</b>		<b>164.567</b>	<b>258.022</b>	<b>220.628</b>
<b>Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>18.b</b>	<b>74.000</b>	<b>74.000</b>	<b>-</b>
Nº de Ações (Mil)	18.a	404	404	404
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		407.344	638.668	546.109

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras .

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>985.225</b>	<b>38.114</b>	<b>97.602</b>	<b>(40.671)</b>	<b>- 1.080.270</b>	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	10.134	-	10.134
Dividendos com base na Reserva Estatutária	18.b	-	-	(48.811)	-	-	(48.811)
Lucro Líquido		-	-	-	-	220.628	220.628
Destinações:							
Reserva Legal	18.d	-	11.031	-	-	(11.031)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	18.b	-	-	-	-	(73.264)	(73.264)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	18.c	-	-	136.333	-	(136.333)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>985.225</b>	<b>49.145</b>	<b>185.124</b>	<b>(30.537)</b>	<b>- 1.188.957</b>	
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>11.031</b>	<b>87.522</b>	<b>10.134</b>	<b>-</b>	<b>108.687</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>985.225</b>	<b>49.145</b>	<b>185.124</b>	<b>(30.537)</b>	<b>- 1.188.957</b>	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(26.602)	-	(26.602)
Dividendos com base na Reserva Estatutária	18.b	-	-	(31.534)	-	-	(31.534)
Lucro Líquido		-	-	-	-	258.022	258.022
Destinações:							
Reserva Legal	18.d	-	12.901	-	-	(12.901)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	18.b	-	-	(74.000)	-	-	(74.000)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	18.c	-	-	245.121	-	(245.121)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>985.225</b>	<b>62.046</b>	<b>324.711</b>	<b>(57.139)</b>	<b>- 1.314.843</b>	
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>12.901</b>	<b>139.587</b>	<b>(26.602)</b>	<b>-</b>	<b>125.886</b>
<b>Saldos em 1 de julho de 2018</b>		<b>985.225</b>	<b>53.818</b>	<b>242.372</b>	<b>(58.042)</b>	<b>- 1.223.373</b>	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	903	-	903
Lucro Líquido		-	-	-	-	164.567	164.567
Destinações:							
Reserva Legal	18.d	-	8.228	-	-	(8.228)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	18.b	-	-	(74.000)	-	-	(74.000)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	18.c	-	-	156.339	-	(156.339)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>985.225</b>	<b>62.046</b>	<b>324.711</b>	<b>(57.139)</b>	<b>- 1.314.843</b>	
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>8.228</b>	<b>82.339</b>	<b>903</b>	<b>-</b>	<b>91.470</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/07 a 31/12/2019	1/01 a 31/12/2019	1/01 a 31/12/2018
<b>Atividades Operacionais</b>				
<b>Lucro Líquido</b>		<b>164.567</b>	<b>258.022</b>	<b>220.628</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>		<b>285.650</b>	<b>600.556</b>	<b>671.624</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	93.307	179.865	169.856
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(44.757)	(34.115)	18.130
Depreciações e Amortizações		(3.215)	1.060	977
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	17.c	11.600	12.115	25.752
Atualização de Depósitos Judiciais	22	(3.897)	(7.883)	(10.455)
Atualização de Impostos a Compensar	22	(1.401)	(2.934)	(2.622)
Insuficiência de Depreciação	12	52.388	70.028	74.405
Depreciação de Bens Arrendados		181.625	382.420	395.581
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>14.670</b>	<b>(323.812)</b>	<b>(938.831)</b>
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		21.131	(117.931)	(44.949)
(Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(1.198.821)	(2.264.588)	(1.706.608)
(Aumento) em Depósitos no Banco Central		(51.614)	(66.570)	(106.465)
Redução em Outros Créditos		(20.499)	(26.690)	(26.301)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		(4.208)	(7.766)	1.550
Aumento em Depósitos		1.315.711	2.170.155	992.828
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		83.812	102.116	70.168
(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		-	-	(1)
Impostos Pagos		(130.842)	(112.538)	(119.053)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>464.887</b>	<b>534.766</b>	<b>(46.579)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Aquisição de Imobilizado de Uso		(25)	(1.145)	(447)
Aplicações no Intangível		(156)	(180)	-
Alienação de Imobilizado de Uso		17	122	19
<b>Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>		<b>(164)</b>	<b>(1.203)</b>	<b>(428)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		1.811.382	3.154.738	2.062.350
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(2.057.624)	(3.224.927)	(1.946.836)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	18.b	-	(93.808)	(79.411)
<b>Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento</b>		<b>(246.242)</b>	<b>(163.997)</b>	<b>36.103</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>218.481</b>	<b>369.566</b>	<b>(10.904)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício</b>	<b>4</b>	<b>106.510</b>	<b>36.872</b>	<b>47.776</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/Exercício</b>	<b>4</b>	<b>324.991</b>	<b>406.438</b>	<b>36.872</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras .

**BANCO RCI BRASIL S.A.**
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	<b>Nota</b>	<b>1/01 a 31/12/2019</b>	<b>1/01 a 31/12/2018</b>	
Receitas da Intermediação Financeira		1.677.418	1.615.877	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		110.773	91.537	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(179.865)	(169.856)	
Outras Receitas (Despesas)		(19.054)	(26.394)	
Despesas da Intermediação Financeira		(998.735)	(934.171)	
Insumos de Terceiros		(173.074)	(160.050)	
Serviços de Terceiros		(71.061)	(61.688)	
Outros		(102.013)	(98.362)	
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>417.463</b>	<b>416.943</b>	
Retenções:				
Depreciações e Amortizações		(1.060)	(977)	
<b>Valor Adicionado Bruto a Distribuir</b>		<b>416.403</b>	<b>415.966</b>	
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
Pessoal		39.036	32.713	9,4%
Remuneração		26.977	24.002	
Benefícios		6.658	4.934	
FGTS		2.494	2.188	
Outras		2.907	1.589	
Impostos, Taxas e Contribuições		118.401	161.370	28,4%
Federais		109.232	150.394	
Municipais		9.169	10.976	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		944	1.255	0,2%
Remuneração de Capitais Próprios		258.022	220.628	62,0%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		74.000	73.264	
Reinvestimentos de Lucros		184.022	147.364	
<b>Total</b>		<b>416.403</b>	<b>415.966</b>	<b>100,0%</b>

## 1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

## 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, tais como provisões para processos judiciais, valor justo de certos instrumentos financeiros e realização de créditos tributários. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 na reunião realizada em 20 de fevereiro de 2020.

## 3. Principais Práticas Contábeis

### a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

### b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

### c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

**e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia.

**f) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “*pro rata*” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

**g) Instrumentos Financeiros Derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a “*hedge*” ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de “*hedge*” contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“*hedge*”) podem ser classificados como:

I - “*Hedge*” de risco de mercado; e

II - “*Hedge*” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “*hedge*” e os respectivos objetos de “*hedge*” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

#### **h) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas**

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados “pro rata” dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O FIDC RN possui seu capital social composto por quotas seniores e subordinadas, sendo o Banco RCI Brasil detentor da totalidade das quotas subordinadas, caracterizadas por assumirem o maior risco (as cotas subordinadas serão amortizadas após as quotas seniores). O valor de aquisição das quotas subordinadas é contabilizado em conta de aplicação e posteriormente valorizado conforme atualização monetária da quota, em contrapartida de conta de resultado. O Banco RCI Brasil cede uma parcela de sua carteira ao FIDC RN, conforme critérios de aquisição de recebíveis pelo FIDC. Ao Banco RCI Brasil reter substancialmente os riscos e benefícios da operação, a carteira cedida é reclassificada para “Operações de Crédito Vinculadas a Cessão”. Concomitantemente, por ser detentor dos riscos e benefícios, o Banco RCI Brasil registra no passivo os montantes referentes a carteira cedida (“Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos” – Nota 16). Em assembleia geral de cotistas realizada em 01 de novembro de 2019, foi realizado o resgate das cotas seniores do FIDC RN Brasil e aprovado o resgate total das cotas subordinadas realizado em 30 de dezembro de 2019.

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

### **i) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

#### **i.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários**

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

### **j) Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

#### **j.1) Imobilizado de Uso**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

#### **j.2) Imobilizado de Arrendamento**

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

#### **j.3) Intangível**

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

#### **j.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação**

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à

superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

**j.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar**

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das Informações Trimestrais, está reclassificado para a rubrica “bens arrendados”.

**k) Captações, Emissões e Outros Passivos**

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 14).

**l) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 17.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

**m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

**n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

#### **o) Juros sobre o Capital Próprio**

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

#### **p) Estimativas Contábeis**

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Demonstrações Financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

#### **4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>9.383</b>	<b>36.872</b>	<b>5.765</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>397.055</b>	-	<b>42.011</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	397.055	-	42.011
<b>Total</b>	<b>406.438</b>	<b>36.872</b>	<b>47.776</b>

As informações relativas a 31 de dezembro de 2017 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

**5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**
**a) Títulos e Valores Mobiliários**
**I) Resumo da Carteira por Categorias**

			31/12/2019	31/12/2018
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>800.510</b>	<b>(2)</b>	<b>800.508</b>	<b>712.262</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>170.727</b>	<b>(2)</b>	<b>170.725</b>	<b>161.047</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	170.727	(2)	170.725	161.047
<b>Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>629.783</b>	<b>-</b>	<b>629.783</b>	<b>551.215</b>
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos) <sup>(1)</sup>	629.783	-	629.783	477.056
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FIDC RCI Brasil I) <sup>(2)</sup>	-	-	-	11.786
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FIDC RN Brasil) <sup>(3)</sup>	-	-	-	62.373
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>800.510</b>	<b>(2)</b>	<b>800.508</b>	<b>712.262</b>
<b>Derivativos - Ativo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos - Ativo</b>	<b>800.510</b>	<b>(2)</b>	<b>800.508</b>	<b>712.262</b>
<b>Derivativos - (Passivo)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(217.400)</b>

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**II) Abertura por Vencimento**

				31/12/2019
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>629.783</b>	<b>109.935</b>	<b>60.790</b>	<b>800.508</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>-</b>	<b>109.935</b>	<b>60.790</b>	<b>170.725</b>
LFT	-	109.935	60.790	170.725
<b>Títulos Privados</b>	<b>629.783</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>629.783</b>
FIDC Venda de Veículos <sup>(1)</sup>	629.783	-	-	629.783
<b>Total</b>	<b>629.783</b>	<b>109.935</b>	<b>60.790</b>	<b>800.508</b>

(1) Referem-se a Cotas Sênior e Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é junho de 2026, conforme seu regulamento.

(2) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC era maio de 2020, conforme seu regulamento. O FIDC foi encerrado em 7 de maio de 2019 por decisão da Administração.

(3) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de duração do FIDC é de 50 anos, conforme seu regulamento.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

**b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa**

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

**I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Passivo</b>		
"Swap" Negociação - Diferencial a Pagar	-	8.891
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	247.418	208.509
<b>Total</b>	<b>247.418</b>	<b>217.400</b>

**II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais**

	<u>31/12/2019</u>			<u>31/12/2018</u>		
	<u>Valor Referencial</u>	<u>Valor da Curva</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Valor Referencial</u>	<u>Valor da Curva</u>	<u>Valor de Mercado</u>
<b>"Swap" - Negociação</b>						
<b>Ativo</b>	-	-	-	<b>55.000</b>	<b>71.591</b>	<b>71.734</b>
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	-	-	-	55.000	71.591	71.734
<b>Passivo</b>	-	-	-	<b>(55.000)</b>	<b>(78.970)</b>	<b>(80.625)</b>
Taxa de Juros Pré - Reais	-	-	-	(55.000)	(78.970)	(80.625)
<b>"Swap" - Negociação</b>	-	-	-	<b>-</b>	<b>(7.379)</b>	<b>(8.891)</b>

**III) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa**

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002 e a seguinte estrutura de hedge contábil foi estabelecida:

- O Banco RCI Brasil, possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre outubro de 2017 a dezembro de 2019 e os vencimentos são entre fevereiro de 2020 e março de 2023.

Em hedge de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado.

**BANCO RCI BRASIL S.A.**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$134.660 (31/12/2018 - R\$140.370).

	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
<b>"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"</b>						
<b>Ativo</b>	<b>4.246.000</b>	<b>4.506.494</b>	<b>4.518.224</b>	<b>4.799.000</b>	<b>5.153.469</b>	<b>5.170.470</b>
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	4.246.000	4.506.494	4.518.224	4.799.000	5.153.469	5.170.470
<b>Passivo</b>	<b>(4.246.000)</b>	<b>(4.600.999)</b>	<b>(4.765.642)</b>	<b>(4.799.000)</b>	<b>(5.269.333)</b>	<b>(5.378.979)</b>
Taxa de Juros Pré - Reais	(4.246.000)	(4.600.999)	(4.765.642)	(4.799.000)	(5.269.333)	(5.378.979)
<b>"Hedge" de Fluxo de Caixa</b>	<b>-</b>	<b>(94.505)</b>	<b>(247.418)</b>	<b>-</b>	<b>(115.864)</b>	<b>(208.509)</b>
						<b>31/12/2019</b>
						<b>Objetos de Hedge</b>
						<b>Instrumentos de Hedge</b>
						<b>Valor Contábil</b>
<b>Estratégias</b>						
<b>Contratos de Swap</b>						
Hedge de Captações			(4.246.000)	(4.600.999)	(4.765.642)	(4.943.923)
						<b>31/12/2018</b>
						<b>Objetos de Hedge</b>
						<b>Instrumentos de Hedge</b>
						<b>Valor Contábil</b>
<b>Estratégias</b>						
<b>Contratos de Swap</b>						
Hedge de Captações			(4.799.000)	(5.269.333)	(5.378.979)	(5.736.154)

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde a um débito no valor de R\$112.618 (31/12/2018 - R\$52.350) brutos e R\$57.139 (31/12/2018 - R\$30.517) líquido dos efeitos tributários.

**IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento - Ativos**

	Valor da Curva				
				31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	-	-	-	-	71.591
Operações de Hedge	50.000	1.833.000	2.363.000	4.246.000	5.153.469
<b>Total</b>	<b>50.000</b>	<b>1.833.000</b>	<b>2.363.000</b>	<b>4.246.000</b>	<b>5.225.060</b>

**V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte**

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as contrapartes das operações com derivativos são instituições financeiras.

**VI) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação**

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

**6. Relações Interfinanceiras**

O montante de R\$489.400 (31/12/2018- R\$422.830) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

**7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade**

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 31 de dezembro de 2019, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxas de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(1.006)	(14.755)	(29.159)
<b>Total <sup>(1)</sup></b>		<b>(1.006)</b>	<b>(14.755)</b>	<b>(29.159)</b>

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

**Cenário 1:** uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

**Cenário 2:** uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

**Cenário 3:** uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

**8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas**

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

**a) Carteira de Arrendamento**

	31/12/2019	31/12/2018
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	876.072	947.360
Arrendamentos a Receber	267.080	294.092
Valores Residuais a Realizar <sup>(1)</sup>	608.992	653.268
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(255.886)	(282.062)
Valores Residuais a Balancear	(608.992)	(653.268)
Outros Valores e Bens	884	792
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	1.627.372	1.863.625
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 16)	(950.293)	(1.139.877)
<b>Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente</b>	<b>689.157</b>	<b>736.570</b>

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

**BANCO RCI BRASIL S.A.**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$186.915 (31/12/2018 - R\$210.790).

**b) Carteira de Arrendamento por Vencimento**

<b>Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Vencidas	3.582	4.553
A Vencer:		
Até 1 Ano	323.007	361.706
De 1 a 5 Anos	548.721	579.037
Acima de 5 Anos	762	2.064
<b>Total</b>	<b>876.072</b>	<b>947.360</b>

<b>Carteira de Arrendamento a Valor Presente</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Vencidas	4.947	4.332
A Vencer:		
Até 1 Ano	296.440	332.280
De 1 a 5 Anos	387.415	399.049
Acima de 5 Anos	354	909
<b>Total</b>	<b>689.156</b>	<b>736.570</b>

**c) Carteira de Créditos**

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Operações de Crédito:		
Financiamentos - <i>Floorplan</i>	1.447.417	1.408.495
Financiamentos - CDC Veículos	8.181.781	6.128.703
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	18	373.079
<b>Total</b>	<b>9.629.216</b>	<b>7.910.277</b>

<b>Carteira por Vencimento - Operações de Crédito</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Vencidas	53.964	47.953
A Vencer:		
Até 3 Meses	2.212.168	2.095.962
De 3 a 12 Meses	2.767.348	2.352.975
De 1 a 5 Anos	4.589.640	3.410.329
Acima de 5 Anos	6.096	3.058
<b>Total</b>	<b>9.629.216</b>	<b>7.910.277</b>

**Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros**

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do exercício.

**Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve cessão de créditos com coobrigação para os Fundos de Investimentos (FIDC's) referente a financiamento de veículos (31/12/2018 - R\$264.741). Em 31 de dezembro de 2019, não há valor presente das operações cedidas (31/12/2018 - R\$236.085).

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

**d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades**

<b>Setor Privado</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Indústria	50.486	51.975
Comércio	1.648.709	1.550.423
Instituições Financeiras	856	969
Serviços e Outros	391.307	348.278
Pessoas Físicas	8.225.807	6.694.253
Agricultura	1.207	949
<b>Total</b>	<b>10.318.372</b>	<b>8.646.847</b>

**e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco**

<b>Nível de Risco</b>	<b>% Provisão Mínima Requerida</b>	<b>Carteira de Créditos</b>				<b>31/12/2019 Provisão</b>	
		<b>Curso Normal</b>	<b>Curso Anormal <sup>(1)</sup></b>	<b>Total</b>	<b>Requerida</b>	<b>Adicional <sup>(2)</sup></b>	<b>Total</b>
AA	-	655.238	-	655.238	-	-	-
A	0,5%	8.308.410	-	8.308.410	41.542	20.763	62.305
B	1%	668.632	202.089	870.721	8.707	-	8.707
C	3%	122.737	129.412	252.149	7.564	-	7.564
D	10%	42.527	41.613	84.140	8.414	-	8.414
E	30%	15.297	23.845	39.142	11.743	-	11.743
F	50%	25.189	19.120	44.309	22.155	-	22.155
G	70%	87	11.485	11.572	8.100	-	8.100
H	100%	267	52.424	52.691	52.691	-	52.691
<b>Total</b>		<b>9.838.384</b>	<b>479.988</b>	<b>10.318.372</b>	<b>160.916</b>	<b>20.763</b>	<b>181.679</b>

<b>Nível de Risco</b>	<b>% Provisão Mínima Requerida</b>	<b>Carteira de Créditos</b>				<b>31/12/2018 Provisão</b>	
		<b>Curso Normal</b>	<b>Curso Anormal <sup>(1)</sup></b>	<b>Total</b>	<b>Requerida</b>	<b>Adicional <sup>(2)</sup></b>	<b>Total</b>
AA	-	474.268	-	474.268	-	-	-
A	0,5%	6.950.692	-	6.950.692	34.753	20.735	55.488
B	1%	542.264	179.342	721.606	7.216	-	7.216
C	3%	171.388	130.671	302.059	9.062	15	9.077
D	10%	51.454	36.679	88.133	8.813	14	8.827
E	30%	29.933	18.388	48.321	14.496	-	14.496
F	50%	150	13.209	13.359	6.680	-	6.680
G	70%	59	8.236	8.295	5.807	-	5.807
H	100%	294	39.820	40.114	40.114	-	40.114
<b>Total</b>		<b>8.220.502</b>	<b>426.345</b>	<b>8.646.847</b>	<b>126.941</b>	<b>20.764</b>	<b>147.705</b>

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

**f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

	<b>1/07 a 31/12/2019</b>	<b>1/01 a 31/12/2019</b>	<b>1/01 a 31/12/2018</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>158.262</b>	<b>147.705</b>	<b>159.353</b>
Constituição (Reversão)	93.307	179.865	169.856
Baixas	(69.890)	(145.891)	(181.504)
<b>Saldo Final</b>	<b>181.679</b>	<b>181.679</b>	<b>147.705</b>
<b>Créditos Recuperados <sup>(1)</sup></b>	<b>3.210</b>	<b>16.894</b>	<b>24.662</b>

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No s exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não houve renegociações.

**9. Créditos Tributários**
**a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários**

	Saldos em			Saldos em
	31/12/2018	Constituição	Realização	31/12/2019
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	127.165	76.008	(45.727)	157.446
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	8.500	5.406	(6.781)	7.125
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	31.740	9.380	(321)	40.799
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	4.656	1.373	(117)	5.912
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	576	-	(576)	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	71	-	(71)	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	35.342	30.296	-	65.638
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	4.308	2.805	-	7.113
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.282	1.434	(1.154)	1.562
Outras Provisões Temporárias	21.005	7.158	-	28.163
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>234.645</b>	<b>133.860</b>	<b>(54.747)</b>	<b>313.758</b>
Prejuízos Fiscais	70.180	-	(28.961)	41.219
<b>Total dos Créditos Tributários</b>	<b>304.825</b>	<b>133.860</b>	<b>(83.708)</b>	<b>354.977</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Banco RCI não possui créditos tributários não ativados.

**b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários**

Ano	31/12/2019				
	Diferenças Temporárias			Prejuízos	Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais	
2020	52.249	41.605	2.371	19.195	115.420
2021	51.274	41.020	2.371	20.658	115.323
2022	43.454	34.763	2.371	1.366	81.954
2023	17.268	13.814	-	-	31.082
2024	3.819	2.563	-	-	6.382
2028 a 2029	2.676	2.140	-	-	4.816
<b>Total</b>	<b>170.740</b>	<b>135.905</b>	<b>7.113</b>	<b>41.219</b>	<b>354.977</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

O estudo técnico de realização dos créditos tributários foi aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 20 de fevereiro de 2020.

**c) Valor Presente dos Créditos Tributários**

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$325.460 (31/12/2018 - R\$276.336), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

**10. Outros Créditos – Diversos**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	175.960	165.783
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	3.122	2.425
Para Interposição de Recursos Cíveis	24.201	21.358
Impostos e Contribuições a Compensar	16.006	9.536
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	77.708	61.870
Outros	1.924	2.476
<b>Total</b>	<b>298.921</b>	<b>263.448</b>

**11. Imobilizado de Uso**

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>	<u>Residual</u>
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.053	(841)	1.212	791
Sistemas de Segurança e Comunicações	115	(110)	5	17
Sistemas de Processamento de Dados	827	(662)	165	257
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.533	(686)	847	620
Imobilizações em Curso	57	-	57	2
<b>Total</b>	<b>4.585</b>	<b>(2.299)</b>	<b>2.286</b>	<b>1.687</b>

**12. Imobilizado de Arrendamento**

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 8.a), e tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Veículos e Afins	1.576.142	1.810.873
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(626.899)	(695.385)
Superveniências de Depreciações	677.598	747.626
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	502	482
<b>Total</b>	<b>1.627.372</b>	<b>1.863.625</b>

Os bens estão compromissados para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor do Banco RCI Brasil. Foi registrado uma despesa de insuficiência de depreciação no valor de R\$70.028 (31/12/2018 - R\$74.405), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

**13. Intangível**

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.828 (31/12/2018- R\$5.648) como custo de aquisição e R\$5.248 (31/12/2018 - R\$4.612) de amortização acumulada.

**14. Captação de Recursos**
**a) Depósitos**

					<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>Sem</u>	<u>De 3 a 12</u>		<u>Acima de 12</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
	<u>Vencimento</u>	<u>Até 3 Meses</u>	<u>Meses</u>	<u>Meses</u>		
Depósitos						
Interfinanceiros <sup>(1)</sup>	-	789.808	1.444.775	2.790.938	5.025.521	2.880.144
Depósitos a Prazo <sup>(2)</sup>	-	-	2.272	21.540	23.812	-
Outros Depósitos <sup>(3)</sup>	7.454	-	-	-	7.454	6.488
<b>Total</b>	<b>7.454</b>	<b>789.808</b>	<b>1.447.047</b>	<b>2.812.478</b>	<b>5.056.787</b>	<b>2.886.632</b>

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

- (1) Inclui o valor de R\$1.768.438 (31/12/2018 - R\$1.297.582) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa.
- (2) Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre março e dezembro de 2019 e prazo de vencimento entre julho de 2020 e dezembro de 2021.
- (3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

**b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**

				31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais <sup>(1)(3)</sup>	168.311	455.975	967.467	1.591.753	1.318.896
Letras Financeiras <sup>(2)(4)</sup>	2.149	1.119.739	2.373.738	3.495.626	3.521.889
<b>Total</b>	<b>170.460</b>	<b>1.575.714</b>	<b>3.341.205</b>	<b>5.087.379</b>	<b>4.840.785</b>

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019 e possuem prazo de vencimento entre janeiro de 2020 e dezembro de 2022.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$150. Possuem data de emissão entre dezembro de 2016 e outubro de 2019 e possuem prazo de vencimento entre janeiro de 2020 e julho de 2024.

(3) Em 31 de dezembro de 2019, inclui o valor de R\$729.389 (31/12/2018 - R\$1.017.555) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(4) Em 31 de dezembro de 2019, inclui o valor de R\$2.446.096 (31/12/2018 - R\$3.421.017) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

**15. Fiscais e Previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Tributos Diferidos (Nota 15.a)	169.429	186.906
Impostos e Contribuições a Pagar	39.860	33.266
<b>Total</b>	<b>209.289</b>	<b>220.172</b>

**a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos**

	Saldos em		Saldos em	
	31/12/2018	Constituição	Realização	31/12/2019
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedge de Fluxo de Caixa - IR/CS	-	27	-	27
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedge de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	-	3	-	3
Superveniência de Arrendamento Mercantil	186.906	-	(17.507)	169.399
<b>Total</b>	<b>186.906</b>	<b>30</b>	<b>(17.507)</b>	<b>169.429</b>

**b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos**

Ano				31/12/2019
	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	
2020	5	4	1	10
2021	5	4	1	10
2022	33.885	4	1	33.890
2023	33.880	-	-	33.880
2024	33.880	-	-	33.880
2025 a 2027	67.759	-	-	67.759
<b>Total</b>	<b>169.414</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>169.429</b>

**16. Outras Obrigações – Diversas**

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 8.a)	950.293	1.139.877
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 17.b)	28.975	32.894
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 17.b)	137.391	129.591
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	278.459	270.249
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos (Nota 19.d)	40	331.820
Outras	113.475	105.681
<b>Total</b>	<b>1.508.633</b>	<b>2.010.112</b>

**17. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais**
**a) Ativos Contingentes**

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

**b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza**

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	137.391	129.591
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 16)	28.975	32.894
Ações Trabalhistas	13.138	11.640
Ações Cíveis	15.837	21.254
<b>Total</b>	<b>166.366</b>	<b>162.485</b>

**c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais**

	<b>1/01 a 31/12/2019</b>			<b>1/01 a 31/12/2018</b>		
	<b>Fiscais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Fiscais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>129.591</b>	<b>11.640</b>	<b>21.254</b>	<b>123.996</b>	<b>8.704</b>	<b>14.306</b>
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações						
Monetárias <sup>(1)</sup>	10.617	1.498	7.064	9.767	2.949	13.036
Pagamentos	(2.817)	-	(12.481)	(4.172)	(13)	(6.088)
<b>Saldo Final</b>	<b>137.391</b>	<b>13.138</b>	<b>15.837</b>	<b>129.591</b>	<b>11.640</b>	<b>21.254</b>
Depósitos em Garantia - Outros						
Créditos <sup>(2)</sup>	175.960	3.122	24.201	165.783	2.425	21.358

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

**d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária**

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

**PIS e Cofins** - R\$14.055 (31/12/2018 - R\$13.634): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$112.548 (31/12/2018 - R\$108.489): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

**e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível**

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

**f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível**

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$44.132 para ações cíveis, R\$1.496 para ações trabalhistas e R\$216.824 para ações fiscais. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e" (31/12/2018 – R\$46.824, R\$3.460 e R\$144.393, respectivamente).

**PIS/COFINS – Auto de Infração** - R\$170.144 (31/12/2018 - R\$180.996): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

**18. Patrimônio Líquido**
**a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
<b>Total</b>	<b>202.512</b>	<b>201.941</b>	<b>404.453</b>

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	<b>Em Milhares de Reais</b>			<b>31/12/2019</b>			
	<b>Bruto</b>	<b>IRRF</b>	<b>Líquido</b>	<b>Reais por Ação</b>			
				<b>Bruto</b>	<b>Líquido</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>
Dividendos <sup>(1)(5)</sup>	31.534	-	31.534	74,26	81,69	74,26	81,69
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(2)</sup>	74.000	11.100	62.900	174,26	191,68	148,12	162,93
<b>Total</b>	<b>105.534</b>	<b>11.100</b>	<b>94.434</b>				

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Em Milhares de Reais			31/12/2018			
	Bruto	IRRF	Líquido	Reais por Ação		Líquido	
				Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos <sup>(3)(5)</sup>	48.811	-	48.811	114,94	126,44	114,94	126,44
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(4)</sup>	73.264	10.990	62.274	172,53	189,78	146,65	161,31
<b>Total</b>	<b>122.075</b>	<b>10.990</b>	<b>111.085</b>				

(1) Deliberado na Reunião da Diretoria de 30 de abril de 2019 e pagamento efetuado em 21 de maio de 2019.

(2) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de dezembro de 2019 e pagamento efetuado em 6 de janeiro de 2020.

(3) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de maio de 2018 e pagamento efetuado em 11 de maio de 2018.

(4) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2018 e pagamento efetuado em 12 de fevereiro de 2019.

(5) Deliberado com base na Reserva para Reforço de Capital de Giro.

### c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

### d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre e exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

## 19. Partes Relacionadas

### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2019 foi fixado o valor máximo de R\$6.883 (2018 - R\$5.380). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

#### a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

#### a.2) Benefícios de Curto Prazo

<b>Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva</b>	<b>1/01 a 31/12/2019</b>	<b>1/01 a 31/12/2018</b>
Remuneração Fixa	1.491	1.613
Remuneração Variável	310	249
Outras	989	990
<b>Total</b>	<b>2.790</b>	<b>2.852</b>

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$1.216 (31/12/2018 - R\$1.189).

### b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;

**BANCO RCI BRASIL S.A.**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

**c) Participação Acionária**

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

**d) Transações com Partes Relacionadas**

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

A partir de 31 de dezembro de 2018, estão demonstrados as transações e saldos com Pessoal Chave da Administração. As principais transações e saldos são conforme segue:

	<b>Ativos (Passivos)</b>		<b>(Despesas)</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>1/01 a 31/12/2019</b>	<b>1/01 a 31/12/2018</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>9.383</b>	<b>36.870</b>	-	-
Banco Santander <sup>(3)</sup>	9.383	36.870	-	-
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>167.017</b>	-	<b>3.375</b>	<b>5.871</b>
Banco Santander <sup>(3)</sup>	167.017	-	3.375	5.871
<b>Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria</b>	<b>629.783</b>	<b>551.215</b>	<b>76.732</b>	<b>82.651</b>
FIDC Venda de Veículos <sup>(9)</sup>	629.783	477.056	52.727	27.431
FIDC RCI Brasil I <sup>(9)</sup>	-	11.786	4.307	25.819
FIDC RN Brasil <sup>(9)</sup>	-	62.373	19.698	29.401
<b>Operações de Crédito</b>	<b>6.053</b>	<b>379.533</b>	<b>63.365</b>	<b>62.418</b>
Renault do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	2.988	3.045	30.610	26.641
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. <sup>(4)</sup>	463	506	5.052	4.853
Nissan do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	2.584	2.903	27.703	30.924
FIDC RCI Brasil I <sup>(9)</sup>	-	63.964	-	-
FIDC RN Brasil <sup>(9)</sup>	18	309.115	-	-
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas<sup>(6)(10)</sup></b>	<b>82.402</b>	<b>64.943</b>	<b>215.694</b>	<b>217.135</b>
Renault do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	75.852	50.250	174.215	172.521
Nissan do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	6.550	14.693	40.583	43.774
FIDC Venda de Veículos <sup>(9)</sup>	-	-	194	183
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. <sup>(8)</sup>	-	-	702	657
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>(4.314.399)</b>	<b>(2.880.144)</b>	<b>(218.661)</b>	<b>(136.666)</b>
Banco Santander <sup>(3)</sup>	(4.314.399)	(2.880.144)	(218.661)	(136.666)
<b>Recursos de Aceites Cambiais</b>	<b>(677.177)</b>	<b>(477.831)</b>	<b>(29.531)</b>	<b>(26.492)</b>
Renault do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	(350.825)	(358.324)	(18.697)	(18.509)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. <sup>(8)</sup>	(88.993)	(60.313)	(4.402)	(5.651)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. <sup>(4)</sup>	(148.804)	(59.194)	(4.554)	(2.332)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. <sup>(8)</sup>	(7.066)	-	(50)	-
FIDC Venda de Veículos <sup>(9)</sup>	(81.489)	-	(1.828)	-
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>(62.900)</b>	<b>(62.274)</b>	-	-
RCI Banque <sup>(3)</sup>	(37.809)	(37.432)	-	-
Banco Santander <sup>(3)</sup>	(25.091)	(24.842)	-	-
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas</b>	<b>(17.438)</b>	<b>(19.981)</b>	<b>(63.087)</b>	<b>(67.733)</b>

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Banco Santander <sup>(3)</sup>	-	-	(11.478)	(21.069)
RCI Banque <sup>(1)(3)</sup>	(4.227)	(7.463)	(1.822)	(2.100)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. <sup>(1)(5)</sup>	(1.876)	(2.413)	(12.823)	(14.843)
Nissan do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	(11.335)	(10.105)	(36.964)	(29.721)
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>	<b>(71)</b>	<b>(332.105)</b>	<b>(60.204)</b>	<b>(93.730)</b>
Pessoal Chave da Administração	-	(249)	(2.790)	(2.852)
Santander Brasil Tecnologia S.A. <sup>(7)</sup>	-	-	(531)	(536)
Renault do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	(21)	(30)	(276)	(354)
Nissan do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	(10)	(6)	(94)	(92)
FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil <sup>(2)(9)</sup>	(40)	(331.820)	(56.513)	(89.896)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia (Nota 19.c).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. que incorporou a Isban Brasil S.A. em fevereiro de 2018. Subsidiária do controlador Banco Santander.

(8) Controladas da controladora RCI Banque.

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.

(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos.

**20. Rendas de Tarifas Bancárias**

	<b>1/01 a</b> <b>31/12/2019</b>	<b>1/01 a</b> <b>31/12/2018</b>
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	90.266	75.341
Outras	9.209	7.168
<b>Total</b>	<b>99.475</b>	<b>82.509</b>

**21. Outras Despesas Administrativas**

	<b>1/01 a</b> <b>31/12/2019</b>	<b>1/01 a</b> <b>31/12/2018</b>
Serviços do Sistema Financeiro	20.618	33.100
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	71.061	61.688
Propaganda e Publicidade	44.052	30.172
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	12.823	14.843
Convênio Operacional RCI Banque	1.822	2.100
Serviços de Processamento de Dados	9.821	6.403
Transportes e Viagens	3.360	4.257
Outras	11.521	9.719
<b>Total</b>	<b>175.078</b>	<b>162.282</b>

**22. Outras Receitas Operacionais**

	<b>1/01 a</b> <b>31/12/2019</b>	<b>1/01 a</b> <b>31/12/2018</b>
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	-	12
Atualização de Depósitos Judiciais	7.883	10.455
Atualização de Impostos a Compensar	2.934	2.622
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	1.929	1.940
Recuperação de Encargos e Despesas <sup>(1)</sup>	47.821	32.630
Outras	78	50
<b>Total</b>	<b>60.645</b>	<b>47.709</b>

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de créditos.

**23. Outras Despesas Operacionais**

	<b>1/01 a 31/12/2019</b>	<b>1/01 a 31/12/2018</b>
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	77.336	60.477
Provisões Operacionais		
Fiscais	3.697	2.753
Cíveis (Nota 17.c)	7.064	13.036
Trabalhista (Nota 17.c)	1.498	2.949
Gastos com Contratos em Atraso	10.564	9.930
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	1.929	1.572
Atualização Monetária Contingência Fiscal	6.293	6.567
Procedimentos e Custas Processuais	-	3.613
Outras	4.825	5.390
<b>Total</b>	<b>113.206</b>	<b>106.287</b>

**24. Resultado Não Operacional**

	<b>1/01 a 31/12/2019</b>	<b>1/01 a 31/12/2018</b>
Resultado na Alienação de Imobilizado de Arrendamento	41.874	32.315
Perdas de Capital	(8.367)	(131)
<b>Total</b>	<b>33.507</b>	<b>32.184</b>

**25. Imposto de Renda e Contribuição Social**

	<b>1/01 a 31/12/2019</b>	<b>1/01 a 31/12/2018</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>340.423</b>	<b>347.675</b>
Participações no Lucro	(3.187)	(3.095)
Juros sobre o Capital Próprio	-	(73.264)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>337.236</b>	<b>271.316</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% (31/12/2018 - 25% e 20%), Respectivamente <sup>(1)</sup></b>	<b>(134.894)</b>	<b>(122.092)</b>
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	29.667	3.103
Demais Ajustes, CSLL 5%	-	(6.945)
Demais Ajustes	26.013	1.982
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(79.214)</b>	<b>(123.952)</b>

(1) Majoração Provisória da alíquota da CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

**27. Outras Informações**

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Estas Demonstrações Financeiras, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander cujo resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foi divulgado e publicado nas demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

\*\*\*\*\*

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**ANEXO: DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	1/07 a 31/12/2019	1/01 a 31/12/2019	1/01 a 31/12/2018
<b>Lucro Líquido</b>	<b>164.567</b>	<b>258.022</b>	<b>220.628</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>903</b>	<b>(26.602)</b>	<b>10.134</b>
<b>Ativo Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>21</b>	<b>10</b>	<b>3</b>
Ajuste ao Valor de Mercado	36	17	5
Imposto de Renda	(15)	(7)	(2)
<b>Hedges de fluxo de caixa</b>	<b>882</b>	<b>(26.612)</b>	<b>10.131</b>
Ajuste ao Valor de Mercado	(12.209)	(60.267)	19.579
Imposto de Renda	13.091	33.655	(9.448)
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>165.470</b>	<b>231.420</b>	<b>230.762</b>

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente**  
François Guionnet

**Suplente do Presidente do Conselho**  
Jean-Marc Marie Bernard Saugier

**Conselheiros Efetivos**  
Angel Santodomingo Martell  
Andre de Carvalho Novaes  
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee  
Francisco Javier Muñoz Bermejo  
Patrick Jean Michel Claude

**Conselheiros Suplentes**  
Gustavo de Sousa Santos  
Enrico Rossini  
Fabien Jean Michel Tournier  
Roberto Alexandre Borges Fischetti  
Thomas Gregor Ilg

**DIRETORIA**

**Diretor Presidente**  
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

**Diretor Geral**  
Enrico Rossini

**Diretor de Relações Institucionais**  
Andre de Carvalho Novaes

**Diretor Administrativo Financeiro**  
Fabien Jean Michel Tournier

**Diretor de Risco**  
Murilo Azevedo Bruno

**CONTADOR**

Leonardo Santicioli - CRC 1SP265213/O-3

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

**Diretor Presidente**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

**Diretor de Relações Institucionais**

Andre de Carvalho Novaes

**Diretor de Risco**

Murilo Azevedo Bruno

**Diretor Geral**

Enrico Rossini

**Diretor Administrativo Financeiro**

Fabien Jean Michel Tournier

Curitiba, 20 de fevereiro de 2020.

**BANCO RCI BRASIL S.A.**  
**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

---

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sobre as Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

**Diretores Presidentes**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

**Diretor de Relações Institucionais**

Andre de Carvalho Novaes

**Diretor de Risco**

Murilo Azevedo Bruno

**Diretor Geral**

Enrico Rossini

**Diretor Administrativo Financeiro**

Fabien Jean Michel Tournier

Curitiba, 20 de fevereiro de 2020.